



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11427 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

PROCESSOS SOCIALIZADORES E DISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO: O CASO DE UMA ESCOLA MILITARIZADA DE MACAPÁ-AP

Leonor Barbosa Rocha - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Adalberto Carvalho Ribeiro - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PROCESSOS SOCIALIZADORES E DISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO:

O CASO DE UMA ESCOLA MILITARIZADA DE MACAPÁ-AP

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática o processo de “Militarização das Escolas Públicas Civis”, focalizando as análises para o campo da Cultura Disciplinar Militar, observada como elemento para conduta humana que seria capaz de potencializar dois aspectos no âmbito educacional. O primeiro refere-se ao processo de tornar o indivíduo “dócil” aos processos socializadores contemporâneos. O segundo trata-se de uma construção de um sujeito mais dedicado aos estudos, o que, subjetivamente, faria o rendimento escolar do aluno ser mais eficiente.

Trata-se de uma pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A principal vertente do estudo consiste em analisar a Cultura Escolar, a partir do processo de militarização, com foco para os processos socializadores intergeracionais e educacionais que se refletem na conduta, na formação e no rendimento escolar de jovens estudantes de uma escola pública da rede estadual do Amapá.

A análise se dá no atual contexto político, econômico e educacional vivenciado no Brasil em que escolas civis públicas foram militarizadas através de Decretos, especialmente concebidos entre as Secretarias Estaduais de Educação e os Órgãos de Segurança Pública,

especialmente da Polícia militar e do Corpo de Bombeiros Militar, denominadas, no estado do Amapá, de escolas públicas de “Gestão Compartilhada”.

Cabe ressaltar que são unidades escolares que passaram a ser administradas por militares, porém, continuam vinculadas aos Estados e/ou Municípios, assim como ligadas ao Ministério da Educação. Seguem, portanto, o mesmo modelo de gestão do Programa Cívico-Militares (PECIM) implantado pelo Governo Federal no ano de 2019, o qual visa promover o gerenciamento de algumas escolas públicas do Brasil com base em um modelo híbrido, tendo como discurso a melhora no rendimento escolar e na qualidade da educação ofertada.

Por fim, importante destacar que os elementos e problemática aqui suscitadas, revelam correlações entre aspectos da disciplina militar com o contexto político e educacional contemporâneo sob uma base de gestão escolar. Espera-se que o presente estudo contribua para o desenvolvimento e aprofundamento de análises neste campo, assim como venha a suscitar a necessidade de novas análises, sob outros diferentes escopos que versem sobre o fenômeno da militarização de escolas públicas, civis, no Brasil.

MÉTODO

O presente estudo ancora-se na abordagem metodológica etnográfica (GEERTZ, 1978), com vistas a proporcionar uma abordagem que suscite elementos importantes no campo social que envolve aspectos da cultura escolar contemporânea, em particular, em uma escola de ensino militar.

A etnografia, nesse caso, contribui para a pesquisa porque trata-se de “[...] uma descrição densa” e praticá-la “é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, [...], mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 1978. p. 20).

Os instrumentos para a coleta de dados desse estudo estão subsidiados na pesquisa bibliográfica e pesquisa documental em ordenamentos da atual legislação educacional e que se referem à temática em questão. Destaca-se que as análises bibliográficas estão sendo feitas através da produção de fichamentos de trabalhos acadêmicos, desde teses e dissertações, artigos científicos, livros e capítulos de livros.

As análises documentais foram fundamentadas nos estudos de Bardin (1977) que apresenta as fases processuais da Análise de Conteúdo, suscitando etapas como a pré-análise; análise e separação documental; produção das inferências e finalização com considerações teóricas acerca do texto lido. Tais análises inferem-se de proposto por Geertz (1978), ao apontar quatro características da descrição etnográfica: (I) interpretativa; (II) interpreta o fluxo do discurso social; (III) esta interpretação consiste em tentar salvar o “dito” num tal

discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis; (IV) microscópica e densa.

Neste estudo, busca-se, de modo fundamental, ancorar-se na base interpretativa. Além da etnografia o estudo se ancora no estudo de caso (YIN, 2001), o qual é concebido como uma “investigação empírica de um fenômeno completo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). Temos, assim, um estudo de caso com abordagem etnográfica para se analisar centralmente fenômenos vinculados às questões disciplinares em uma escola militar da rede pública de ensino estadual, localizada na capital do estado do Amapá focando em dois aspectos centrais: 1) alunos estariam melhor enquadrados quanto às suas condutas comportamentais, por isso, mais obedientes e dóceis nas suas rotinas diárias; 2) em consequência se tornariam mais responsáveis e esforçados o que acarretaria a melhoria dos seus resultados escolares.

MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS CIVIS, DISCIPLINA E PROCESSOS SOCIALIZADORES: O CASO DE UMA ESCOLA MILITARIZADA DE MACAPÁ/AP – RESULTADOS PRELIMINARES

O atual cenário da política educacional brasileira expressa mudanças significativas no âmbito da legalidade e do tratamento de questões atinentes ao fazer pedagógico construído cotidianamente no ambiente escolar.

Trata-se de uma conjuntura carregada de políticas reformistas e que agregam mudanças significativas no trabalho docente, na relação professor-aluno, nos saberes-fazeres ligados ao ensino e a aprendizagem e, especialmente, na cultura escolar contemporânea, na qual carrega consigo transformações no âmbito da gestão escolar, perpassando por um novo modelo de gerencialismo educacional calcado nas ações de gestão compartilhada, de militarização escolar, dentre outros eventos.

Assim sendo, os aspectos da cultura escolar na contemporaneidade, revelam as singularidades e especificidades que se apresentam no campo escolar, pois demonstram ações que se associam ao conjunto de ações construídas no cotidiano da escola. Acerca do conceito de cultura, Gertz (1978, p. 15), explicita se tratar de uma “teia de significações tecidas pelo próprio homem, e não como ciência experimental em busca de leis gerais, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.”

Com base nessa ideia, acredita-se que a cultura seja o elemento fundamental para a existência de outros micros processos aos quais ocorrem na Escola atualmente. Um deles refere-se aos processos socializadores na educação. São processos que estão repletos de valores, normas e disposições sociais que fazem do indivíduo um ser socialmente identificável (SETTON, 2009). Esta autora, aponta, ainda, uma nova configuração das

relações sociais, em que as ações educativas não acontecem apenas nos espaços institucionais tradicionais (Família e Escola, por exemplo), ao contrário, surgem, através da cultura de massa, atualmente responsável pela circulação de informações. Ela destaca, ainda, que os processos socializadores contemporâneos fizeram surgir novos modelos familiares e novas propostas pedagógicas, configurando uma pluralidade de projetos educativos, novas maneiras de aprendizado formal e informal que resultam em adaptações e percepções que o indivíduo passa a ter sobre o mundo e sobre ele mesmo.

Nesse sentido, é importante compreender que, no âmbito da **cultura escolar**, os processos socializadores, em escolas militarizadas, que se apresentam como de gestão compartilhada constroem ações que expressam elementos “disciplinares” com viés militarista no campo educacional.

No que se refere a disciplina, Foucault (2007) defende que “a disciplina fixa os corpos no espaço e segrega os considerados anormais por não se enquadrarem nas exigências normativas”. Trata-se de um conceito útil para se entender o exercício de ações militares em escolas públicas civis.

Santos (2019, p. 194), da ênfase à disciplina militar que seria a “uniformização, pontualidade, culto aos símbolos nacionais, gritos de guerra, cabelo curto aos meninos e asseio aos cabelos longos das meninas”.

Os defensores da militarização de escolas públicas civis defendem que o modelo (essa novidade institucional híbrida) potencializa a melhora nos índices avaliativos nacionais. No campo dessa discussão, outro fator a ser considerado, enquanto ações para ampliar a militarização no Brasil está no Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, em seu artigo 1º, que permite que o Ministério da Educação possa estabelecer parcerias com instituições civis e militares que apresentam experiências exitosas em educação” (BRASIL, 2019, parágrafo único) e o texto elaborado pelo governo federal, intitulado “Compromisso Nacional pela Educação Básica”, que cria proposta de melhorias para a educação até 2030.

Pinheiro; Pereira; Sabino (2019), consubstanciados em uma fala do atual Presidente Jair Bolsonaro, destacam que, os adeptos à novidade, atribuem a má qualidade na educação à perda da autoridade e de disciplina do professor em sala de aula e que a alternativa está na criação de instituições pautadas em pedagogias militares que “estão à frente em grande parte das demais”, porque “ainda impõem hierarquia e autoridade aos alunos” (DOLZAN, 2018, p. 1).

São ações que potencializam mudanças - em retrocesso - de cunho militar no ambiente escolar, suscitando aspectos como ordem, disciplina, hierarquia, respeito às autoridades etc., que expressam julgamento social de que na escola pública tais elementos, na contemporaneidade, ou são ínfimos ou não se fazem mais presente, ou seja, a Escola pública atual estaria implicada pela indisciplina escolar associada em um péssimo resultado estudantil de micro e macro avaliações internas e externas.

Em contraponto, Machado e Forster (2015), destacam que a disciplina não surge de medidas disciplinadoras, mas da organização do projeto educativo que a escola prevê para a formação do cidadão como ser social e responsável pela construção da sociedade. Para os autores a causas da indisciplina não estão somente no aluno e na educação que ele traz de casa. A disciplina tem tanto haver com a família quanto com a escola, e a dedicação e o diálogo são pontos preponderantes para que a disciplina e o respeito mútuo sejam estabelecidos.

Neste sentido, faz-se necessário “repensar a indisciplina, num contexto sócio-político-educacional, faz rever preconceitos e conceitos em relação à reorganização das famílias, da sociedade e do sistema de educação” (MACHADO; FORSTER, 2015, p. 128). Nesse aspecto, é preciso problematizar os processos socializadores, observando sua função social, formativa e possivelmente crítica para o educando.

Para Horonato (2020) uma boa gestão administrativa-pedagógica independe da militarização, mas de uma atuação firme e prioritária dos poderes públicos, somado a uma comunidade escolar participativa que compreenda que sem educação, não há desenvolvimento. Sendo ele um militar, defende esse tipo de educação ao afirmar que os alunos mesmo sendo submetidos as regras rígidas não estão impedidos de se tornarem cidadãos cômicos dos seus direitos e deveres e um fator que corroboraria com isso, seria o grêmio estudantil onde todos os envolvidos, têm, no diálogo alegre e descontraído, uma relação de união com a comunidade escolar.

Em nossas análises conceituais, ainda em andamento, o que se apresenta é que a educação militar pouco contribui para a vida dos discentes de escolas públicas civis, por se tratar de um ensino pautado no positivismo, com características neoconservadoras de uma sociedade em que visa priorizar os valores morais-cívicos, impondo-se a ordem, a disciplina, a meritocracia, a verticalidade, a opressão, como meio de manutenção social do *status quo*.

Trata-se de um modelo que se pauta nos postulados Durkheimiano (2008; 2011), em sua teoria de “Educação Moral”. Picareli (2019), destaca que a disciplina imposta pelos militares é uma disciplina coercitiva, que traz consigo a violência simbólica, afetando muitas vezes o psicológico das crianças. Os achados já revelados na literatura comprovam uma rotina cujo ritual é, do ponto de vista pedagógico, a formação de alunos obedientes, passivos, disciplinados, treinados, inclusive, para uma educação corporal tida como corretiva, seguindo os moldes da Educação Bancária, que Paulo Freire (1996) tão bem revelou, que retira do aluno o protagonismo que ele tem no processo ensino-aprendizagem.

Tais eventos estão sendo observados na escola *locus* de análise do presente estudo. Trata-se de uma escola localizada na cidade de Macapá, no estado do Amapá, que atende alunos com oferta educacional para o ensino fundamental II (6º; 7º; 8º e 9º anos) e Ensino Médio (1ª; 2ª; e 3ª série). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi extinta ao final do ano 2019, após dois anos de militarização da escola conforme informações recolhidas no percurso

da pesquisa exploratória desenvolvida em campo.

Diante das discussões apresentadas, os resultados preliminarmente alcançados apontam que os processos socializadores de cunho militar ou que expressam características militares vinculadas à cultura escolar, na escola-*locus* investigada, sinalizam que o enquadramento estudantil nos vieses militares propostos potencializa uma formação “dócil” dos sujeitos, e favorecem o aprendizado no sentido de oportunizar uma “hierarquia do respeito”, coercitiva, na sala de aula. O modelo pedagógico das escolas civis militarizadas propõem um certo temor reverencial às autoridades da escola.

Por outro lado, sobre rendimento escolar, é possível que sob a perspectiva da eficiência e da eficácia na busca por uma pedagogia dos resultados alguns alunos possam atender bem ao enquadramento militar proposto porque esses alunos podem pertencer a estratos sociais de classe média. Um dos fenômenos que estão a ocorrer são grupos de alunos realizando processos migratórios de escolas civis públicas mais centrais (ou antes eles estudavam em escolas particulares) para as unidades de periferia que foram militarizadas. Tem-se, assim, preliminarmente, que a melhoria nos índices de aprendizagem das escolas públicas civis militarizadas pode ser uma propaganda escondida sob falácias neoconservadoras.

CONCLUSÕES

A educação de viés neoconservador das escolas públicas civis militarizadas – no estado do Amapá denominadas de “gestão compartilhada” - pode ser associada, teoricamente, à corrente filosófica positivista de ensino de Émile Durkheim (2008; 2011); sua teoria pode ajudar na explicação que leva as pessoas a se apegarem a um modelo de sociedade mais coercitivo que teria capacidade de manter a ordem social.

A escola, nesse sentido, seria o mecanismo de manutenção de *status quo* da ordem e da harmonia social, em que os alunos deveriam aprender como “se portar” em sociedade.

Diante deste fato e tendo em vista a temática discutida, acredita-se ser necessário observar os elementos vinculados a militarização e aos processos socializadores disciplinares presentes na escola-*locus*, os quais possibilitam uma expressão comportamental que “docializa” o sujeito no âmbito das suas manifestações comportamentais nos diversos espaços e ambientes da unidade escolar.

É preciso, portanto, problematizar os aspectos militares como hierarquia, ordem, disciplina, entre outros elementos no campo escolar que favorecem o pragmatismo comportamental, observando, sobretudo, os reflexos para a aprendizagem destes sujeitos e para a real função social da escola. Por fim, considera que tal estudo é importante para as

discussões e análises que se voltam para os atuais programas educacionais presentes na atual política educacional brasileira.

Palavras-Chave: Educação. Militarização. Cultura. Processos socializadores. Disciplina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019.** Brasília: Senado Federal, 2019.

DOLZAN, M. Bolsonaro inaugura colégio para filhos de PMs e critica ideologia de gênero. Notícias, **Portal Terra**, 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-inaugura-colegio-para-filhos-de-pms-e-critica-ideologia-de-genero.a0a575f46d6eff1926e3075222fd84a057zke16v.html>. Acesso em: 09 jul. 2022.

DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral.** Vozes. Petrópolis. RJ. 2008.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Vozes. Petrópolis. RJ. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura.** In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 3-41.

HONORATO, H. G. A militarização como política de educação pública: um outro olhar, **REVES - Revista Relações Sociais**, Vol. 03 n. 01, 2020.

MACHADO, Gláé Corrêa; FORSTER, Mari Margarete dos Santos. (In)Disciplina escolar: desafios e possibilidades aos professores do século XXI. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 118-133, jan.-jun. 2015.

PICARELLI, Maria. Militarização das escolas públicas: soldado ou cidadão? **Revista Educação**, nº 257, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistaeducacao.com.br/militarizacao-das-escolas/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. Militarização das escolas e a Narrativa da Qualidade da Educação. **RBP AE** – V. 35, n.3, p.667-668, set/dez.2019.

SANTOS, P. R. Escolas militares: ênfase ao Colégio Militar Feliciano Nunes Pires. *In*: PORTELA, K. C.; SCHUMACHER, A. J. **Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira**. Ponta Grossa: Atena, 2019, v.1, p.193-200.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A particularidade do processo de socialização contemporâneo*. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos** (6 ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.